



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1443/07	DATA: 5/9/2007
INÍCIO: 14h41min	TÉRMINO: 16h54min	DURAÇÃO: 02h13min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h13min	PÁGINAS: 55	QUARTOS: 27

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

OLAVO CALHEIROS - Deputado Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontra-se sobre a bancada cópia da ata da 15ª reunião deste Conselho.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Solicito a V.Exa. a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Os Deputados que forem favoráveis à dispensa da leitura da ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Dispensada a leitura.

Os que aprovam a referida ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

Encontra-se junto ao material entregue aos Srs. Deputados cópia da correspondência encaminhada pelo Deputado José Eduardo Cardozo informando os membros deste Conselho acerca de matéria publicada no sítio do jornal *O Tempo*, sob o título *Mário de Oliveira e Carlos Willian são sócios*.

Dois. Ofício do Deputado Damião Feliciano, que, convidado a prestar esclarecimentos aos membros deste Conselho, na condição de testemunha dos fatos narrados pelo Deputado Carlos Willian, por ocasião da posse em 1º de fevereiro, envolvendo o Deputado Mário de Oliveira, declinou do convite, informando que não tem como contribuir para o esclarecimento dos mesmos, solicitando o arquivamento do referido convite.

Convido o Deputado Olavo Calheiros, por favor, para tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

Convido, também, o Dr. José Fragoso. *(Pausa.)*

Srs. Deputados, esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento do nobre Deputado Olavo Calheiros, representado no Processo nº 6, de 2007.

Para o bom andamento dos trabalhos, os procedimentos a serem adotados para esta reunião são os seguintes: inicialmente, o depoente usará a palavra, fazendo suas considerações, o que deveria ser pelo tempo de 20 minutos, mas será



pelo tempo que for preciso. Em seguida, será dada a palavra ao Relator, Deputado Sandes Júnior, para suas indagações. Por fim, farei a chamada dos Deputados inscritos para inquirirem o depoente, de acordo com a lista de inscrição. Inicialmente, falarão os membros do Conselho. Posteriormente, qualquer um dos Srs. Deputados.

Comunico que se encontra presente o advogado Dr. José Frágoso.

Vamos, então, dar início aos nossos trabalhos.

Inicialmente, ouviremos a palavra do Deputado Olavo Calheiros.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Exmo. Sr. Deputado Federal Ricardo Izar, Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Deputado Federal Sandes Júnior, Relator do processo em análise, Exmos. Srs. Deputados e Deputadas membros deste Conselho, Srs. Deputados não-membros deste Conselho, a quem cumprimento na pessoa do Deputado Aníbal Gomes, senhoras e senhores, apresento-me a este Conselho, no dia de hoje, com a alma serena, por saber que não cometi nenhum desvio de conduta, nenhum ato desabonador dos deveres e princípios que norteiam o mister parlamentar, seja neste ou ao longo dos outros 4 mandatos que orgulhosamente já cumpri em nome do bravo povo alagoano.

Apresento-me, também, com a consciência repousada na tranqüilidade dos que nada escondem, dos que nada temem. Porém, a serenidade da alma e a tranqüilidade da consciência não me fazem chegar aqui menos indignado, pois constato que a razão deste encontro é falar sobre uma representação infamante, assacada contra mim, na qualidade de representante popular.

Representação oca de fatos e órfã de provas, vazia de conteúdo e recheada de ilações emprestadas da verdadeira fábrica de mentiras em que se transformou parcela da grande mídia nacional nos tempos atuais. Mídia que ignora solenemente o fato incontestável de que a ética é uma via de mão dupla, é exigida de quem a exige.

Ética é um valor de conduta único, não se alterando ao sabor de conveniências pessoais ou atividades profissionais. É, ainda, uma representação criada pela devoção falsa dos que juram render homenagem ao altar da ética, denominando-se vestais da moralidade pública. Por grave contradição de princípio, apontam indecoro e formulam conclusões açodadas, pedindo reprimenda de grave



monta sem a mínima base de prova. Esquecem que não é ético acusar, aparando-se em informações inverídicas, especialmente se unicamente colhidas de notícias de jornal.

Para lançar sobre outrem o pesado fardo da acusação de falta de ética e de decoro, é indispensável ter ética, sob pena de apontar o dedo sem legitimidade, coisa comum nos dias de hoje.

Finalmente, é uma representação movida apenas pelo sentimento daqueles que professam a tenebrosa cartilha de fé dos inquisidores da Idade das Trevas. Eles confirmam a máxima de Montaigne, de que *“a alma descarrega suas paixões sobre objetos falsos, quando os verdadeiros lhe faltam”*.

Possuidores de princípios nanicos, crêem profundamente que acusar sem provas é bastante para obter punições e elevações morais, em detrimento do inocente imolado.

Será, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, que a autora da representação sente saudade da época dos julgamentos sumários, motivados por insondáveis desejos de poder?

Não vivemos em um regime totalitário, não somos obrigados a receber como verdade a mentira incontavelmente repetida. A maledicência alheia não pode servir de mecanismo de apuração de suposições.

Não irei, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, discorrer, neste pronunciamento, sobre todos os argumentos de minha defesa que rebatem as falácias a mim dirigidas. A peça própria, protocolada neste processo, já contém todas as explicações factuais e a argumentação legal pertinentes ao caso.

Ali, o mecanismo da linguagem escrita demonstra a V.Exas. que não pratiquei na minha atuação parlamentar nenhuma das supostas irregularidades apontadas na representação interposta.

Sem prejuízo da afirmação anterior, comentarei certos pontos contidos na representação e seus respectivos esclarecimentos, não porque sejam mais importantes que outros. Farei isso apenas para melhor demonstrar a V.Exas. a extensão do ataque vulgar e gratuito que me foi dirigido por meio da presente denúncia, que é, em síntese, um deprimente embuste.



Também o farei como uma espécie de desabafo, de protesto mesmo, contra um quadro de desinformação instaurado no Brasil por setores da grande mídia.

Desse quadro se valem interesses inomináveis, movidos pelo senso de oportunismo.

O primeiro dos pontos é a insinuação de que eu teria atuado, na condição de Parlamentar, em benefício da Construtora Gautama. A afirmação é falsa, e caluniosa a acusação!

Tal ilação foi baseada em trechos extraídos de conversas telefônicas, gravadas de terceiros e interceptadas pelos trabalhos da Operação Navalha da Polícia Federal, tendo como alvo a construtora.

Não há nenhum registro, Sr. Presidente, de conversa telefônica entre a minha pessoa e qualquer dos investigados, não se podendo atribuir a mim responsabilidade por conversas de terceiros.

Não fui autor de qualquer emenda ao Orçamento Geral da União que tenha relação com obras realizadas pela Construtora Gautama, tampouco defendi emendas coletivas com esse fim. Nada contra quem o fez.

Cumprе esclarecer que apresentei, sim, emendas ao Projeto de Lei nº 061/05 e à Medida Provisória 266, também de 2005, de interesse do Estado de Alagoas, as quais foram rejeitadas, consoante demonstram as certidões e documentos acostados à defesa.

É igualmente mentiroso o comentário de que eu teria facilitado encontros entre o dono da Construtora Gautama, Zuleido Veras, e componentes do primeiro escalão do Governo.

No exercício do mandato, sempre atuei de forma reta e impessoal, tratando apenas e eventualmente, na esfera ministerial, dos legítimos interesses do povo do meu Estado.

Noutra passagem, a representação invadiu a esfera de negócios apartados de minha atuação parlamentar.

Valendo-se de conjecturas mirabolantes, cultivadas em matéria jornalística (Revista *Veja*, edição n. 2.016, de 11.07.07), lança-se suspeitas sobre operação de



compra, pelo grupo Schincariol, da Conny Indústria e Comércio de Sucos e Refrigerantes Ltda, de minha propriedade.

A transação celebrada entre a Schincariol e a Conny foi um negócio jurídico lícito, celebrado entre partes capazes, protegida pelo ato jurídico perfeito.

Antes da efetivação do negócio, as partes fizeram suas respectivas avaliações sobre as instalações, equipamentos, mercado consumidor e demais parâmetros que integram o valor de uma indústria, chegando, ao final, ao preço que consideraram certo e ajustado, em operação submetida e aprovada pelo CADE.

Esclareço que a Conny era uma empresa em ascensão, com mercado crescente, equipamentos de última geração e com enorme capacidade de produção, com duas linhas para “Pet”, uma linha para lata e uma linha para vidros. Portanto, uma fábrica completa, que se preparava para ultrapassar as fronteiras de Alagoas.

Tudo o mais que se pretenda extrair de uma transação legal, normal e correta é fruto da invencível vontade de caluniar. Jamais entrelacei a minha atividade parlamentar com meus negócios privados.

Sempre pela mão de matéria jornalística que não checa a veracidade da informação, atribuindo-lhe contorno de denúncia, a representação abriu uma nova frente acusatória: atribuiu-me a autoria de emendas ao Orçamento Geral da União nos anos de 2001, 2002 e 2003, que eram destinadas às obras do Porto de Maceió, a cargo da Construtora Mendes Júnior. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, mais uma mentira deslavada!

Jamais propus qualquer emenda ao Orçamento Geral da União para as obras do Porto de Maceió! A emenda de 2001 tem autor conhecido — digo isso na minha defesa —, que assumiu a sua defesa pela importância da obra para o Estado de Alagoas. E as emendas de 2002 e 2003 sequer existiram.

Certidão e documentos fornecidos pela Mesa do Senado Federal e pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle — CONORF, comprovam que, entre os anos de 2002 e 2007, a bancada de Alagoas não apresentou nenhuma emenda ao Orçamento Geral da União para as obras do Porto de Maceió.

Na qualidade de membro da Comissão Mista de Planos e Orçamentos, apresentei, sim, diversas emendas à LDO para todas as obras importantes do Estado de Alagoas, porque se entendia, naquela época, que somente os integrantes



da referida Comissão poderiam ser signatários dessas emendas. Dessa forma o fiz para todas as obras relevantes para Alagoas, a pedido dos governantes.

Mais aviltante, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, é que as mentiras divulgadas por segmentos da imprensa sejam repetidas pela subscritora na inicial.

A então Senadora Heloísa Helena esteve presente em diversas reuniões da bancada de Alagoas para defender, discutir e aprovar a relação das emendas coletivas para os Orçamentos dos anos de 2001, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, sendo do seu conhecimento que eu jamais apresentei emendas ao Orçamento Geral da União para a referida obra.

As certidões e as atas das reuniões da bancada de Alagoas, assinadas pela Senadora Heloísa Helena, estão em minha defesa.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, ao recepcionar uma representação baseada em acusações aventureiras e irresponsáveis, produzidas por alguns veículos da imprensa, estar-se-ia a permitir que qualquer Parlamentar fosse objeto de investigação por quebra de decoro.

Representação por falseio de conduta ética é coisa séria, é remédio a ser administrado com cautela, não pode ser aviado ao sabor da vontade daqueles que mantêm o monopólio da divulgação e da informação, não o da verdade.

Representações como essa só servem para legitimar mecanismos de perseguição a adversários políticos nos cenários estaduais, criando fatos inexistentes e destruindo reputações.

Tais métodos, Sr. Presidente, são remanescentes da mais primitiva forma de fazer política: criar mentiras para servir a interesses eleitores locais.

Espero que se firme nesta Casa o entendimento de que se deve evitar a todo custo o uso indevido da representação ao Conselho de Ética como forma de perseguição política, como faz comigo a Presidente do PSOL, minha adversária no palco estadual.

A atividade parlamentar é essencial ao Estado Democrático de Direito. Como dizia Geraldo Ataliba, *“é a expressão concreta da República”*. Não pode ficar à mercê dos mercadores de notícias, dos produtores de mentiras, nem ser tolhida pela publicidade descompromissada com a realidade das coisas. Elas transformam suspeitas temerárias e não checadas em verdades incontestáveis e irrecorríveis.



Assim fazendo, induzem a opinião pública e a sociedade a acreditar naquilo que se publica, naquilo que não é verdade.

Esse cenário de inversões, distorções e fantasias, patrocinado por um jornalismo antiético, é melhor explicado pelo escritor norte-americano Norman Mailer, que afirma.

“O repórter se sustenta num poder impotente. Sua voz, diretamente ou por intermédio da mesa do editor, atinge milhões de leitores. Quanto mais leitores ele tem, menos pode dizer. É proibido, por uma centena de censores, de comunicar noções que não sejam resignadamente simples. Em consequência disso, o repórter desenvolve um hábito que equivale a lacerar a carne: ele aprende a escrever aquilo em que não acredita de fato.

Como não começou a carreira com o desejo de ser um mau escritor ou um escritor desonesto, acaba forçando seu cérebro a acreditar que algo que é só meia verdade é, na realidade, 90% verdadeiro.

Uma mente é corrompida — a sua própria —, um fato falso é criado; fato pelo qual, mais cedo ou mais tarde, inexoravelmente, o público pagará.

Uma nação que forma opiniões com base em fatos que distorcem a realidade sutil torna-se uma nação de cidadãos cujas mentes são distorcidas, item por item, e afastadas de qualquer realidade.”

Estamos vivendo esse tempo, Sr. Presidente, um tempo de informações pormenorizadas que não informam, um tempo onde o manto sagrado da liberdade de expressão tem servido para encobrir mentiras escritas pelos organismos de comunicação social.

Primeiro, a mídia denuncia, julga e condena. Depois, busca os aliados de plantão para a execução; adversários que buscam a todo tempo o aniquilamento dos seus opositores, partidos políticos e Parlamentares obcecados por aparecer,



destruindo reputações, maculando imagens e intimidando o Parlamento, esquecendo-se de ser este, entre os Poderes, o mais legítimo.

O Supremo Tribunal Federal, nos autos do Agravo Regimental nº 2.805-8, publicado no Diário da Justiça de 27 de fevereiro de 2004, prolatou decisão, através do seu órgão pleno, rechaçando investigação baseada em notícias de jornais, por não admitir a possibilidade de devassa indevida para fins políticos.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, sou um homem discreto e de hábitos simples. Minha atuação ao longo de quase 17 anos de mandato sempre foi pautada pela reserva, pela economia das palavras, em benefício das ações. Creio na máxima de que a palavra é de prata e o silêncio é de ouro. Oriento minha ação parlamentar pelos mesmos princípios de correção que cultivo em minha vida pessoal. Procuro desempenhar meu papel de representante do povo sem alarde. Não sou um homem que corteja a grande mídia e seus favores. Não sou dos que freqüentemente se deixam encantar pela luz efêmera dos seus holofotes, pelo brilho enganoso dos seus *flashes* ou pelo estalo sedutor dos seus gravadores, tampouco sou dos que lhe são contrários ou lhes criam óbices. Sou contrário, sim, à mentira, ao engodo, à notícia com ranço de denúncia barata, venha ela de onde vier, seja ela contra quem for.

É precisamente, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, o que ocorre na representação movida pelo PSOL contra o Deputado Olavo Calheiros. Representação anêmica em fatos e pródiga em colar fatos emulados, fatos não-atos.

É isso, Sr. Presidente, é isso, Sr. Relator, é isso, Srs. Deputados, que me faz indignar profundamente!

Não tenho a grandeza de espírito daqueles que lutaram para que a liberdade de expressão fosse conquistada e respeitada, não importando serem eles mesmos alvos de pesadas críticas. Em compensação, estou certo de estar a anos-luz de ignorar o papel fundamental da imprensa, que é informar a sociedade e garantir o aperfeiçoamento das instituições democráticas — o Legislativo, em especial, diga-se de passagem.

O que defendo com unhas e dentes é que a liberdade de expressão, por ser, num regime democrático, um valor inalienável, é de responsabilidade igualmente



proporcional, especialmente àqueles que, ao propagarem suas notícias, formam opinião e induzem ao movimento das massas.

Certos ou errados, a responsabilidade é a mesma, ainda quando movidos pela mais profunda convicção.

O caráter essencial do jornalismo consiste na busca constante de notícias, mas com responsabilidade, independência, verdade, exatidão, imparcialidade e honestidade. Essa diretriz é uma espécie de regra básica do jornalismo, estando contida em diversos manuais de redação da imprensa brasileira.

O fato de uma mentira estar em boca alheia não elimina a responsabilidade de quem a veicula. O jornal pode até considerar legítimo publicar a declaração que supõe mentirosa, mas tem o dever de informar ao leitor a fragilidade da sua fonte. Se assim não o fizer, incorrerá no pecado mortal de lesar a boa-fé do seu próprio público. E os leitores (leia-se: a opinião pública) formarão opiniões equivocadas, pois infirmadas em notícias inverídicas dadas como verdadeiras. É o que acontece nos dias de hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Espelhando bem o que afirmo, vale a pena lembrar uma passagem de São Tomás de Aquino. Por ser extremamente reservado na convivência com os demais frades e sempre concentrado às mais profundas reflexões de seus estudos, foi, certa vez, vítima de seus pares, incomodados com tanto silêncio. Alguém o chamou, dizendo: *“Venha ver um boi voando!”*. Tomás imediatamente o acompanhou e se pôs a olhar para o alto, ao som das gargalhadas de seus confrades. Esses, então, lhe perguntaram como, sendo tão inteligente, ele podia pensar que um boi estivesse voando. Ao que o sábio religioso respondeu: *“Olhei, porque deve ser mais fácil um boi voar do que um frade mentir”*.

Mal comparando, Sr. Presidente, a responsabilidade atual dos meios de comunicação é idêntica, porque o leitor parte do mesmo princípio de São Tomás de Aquino: se o jornal publica, deve ser verdade.

Supõe-se que o leitor de hoje, pelo papel de destaque já explicado, espera um jornalismo comprometido com os fatos, não um jornalismo infalível.

Na ética de imprensa, na ponta da pirâmide deveria ficar o leitor e nunca a própria imprensa.



Em suma, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, provei que não fui autor de emendas ao Orçamento Geral da União para as obras do Porto de Maceió; apresentei escrituras públicas que demonstram a legalidade da compra, há mais de 10 anos, da Fazenda Capoeirão, com 350 hectares, bem como da Fazenda Serra Azul, com 142 hectares, essa última adquirida parte em 2002 e parte em agosto de 2006; demonstrei absolutamente legalidade na venda da Conny, cujo sigilo da operação foi dispensado. O que não posso fazer, Srs. Deputados, é discutir o preço de uma indústria do porte da Conny com jornalistas que não possuem preparo técnico para a questão, como também não tenho eu, nem este Conselho, capacidade para avaliar o patrimônio das empresas a que eles pertencem.

Provei, enfim, que são absolutamente improcedentes as acusações lançadas na inepta representação.

Sr. Presidente, por todas essas considerações, espero firmemente, em nome do respeito que este Conselho deve ter por si mesmo e por sua importante atividade fiscalizadora, que eu venha a ser o último Parlamentar a passar pela constrangedora situação de dar explicações em resposta a fatos inexistentes, de ter de justificar o que os jornais dizem, como se fossem verdades absolutas e não notícias apressadas, opiniões sem lastros, distorcidas da verdade, como ocorre na maioria das vezes. Só assim poder-se-á exercer a função representativa sem intimidações, o que não significa dizer sem freios.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, concluo, afirmando que representação sem fatos, representação sem provas, não é acusação, apenas injúria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quero agradecer ao nobre Deputado Olavo Calheiros.

Antes de dar a palavra ao nobre Relator, quero lembrar aos Srs. Deputados que existe uma lista de inscrições para as perguntas junto à Secretária deste Conselho.

Com a palavra o nobre Relator, Deputado Sandes Júnior.



O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Sr. Presidente Ricardo Izar, Deputado Olavo Calheiros, Deputados componentes do Conselho de Ética, Deputados convidados, assessoria da Casa, imprensa aqui presente.

Fui sorteado, por meio de sorteio público feito pelo Deputado e Presidente deste Conselho, Ricardo Izar, para ser o Relator da representação contra o Deputado Olavo Calheiros.

Recebi, semana passada, a defesa de S.Exa. Tive oportunidade de ler e reler várias e várias vezes. Fiz uma série de perguntas, que passo a fazer, a partir de agora.

A representação menciona um diálogo entre o Sr. Zuleido Veras e a Sra. Fátima Palmeira. O senhor conhece essas 2 pessoas?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Conheço, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - O senhor já esteve com essas pessoas?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Estive.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Em quais oportunidades e quando o senhor esteve com essas pessoas?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sr. Relator, a Dra. Fátima Palmeira é alagoana, engenheira conhecida lá no Estado. O Sr. Zuleido Veras era um empresário acatado. Eu fui Secretário de Estado em Alagoas e tive, por dever de ofício, por algum tempo, de conviver com ele. De forma que conheço as pessoas que V.Exa. menciona.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - O Sr. Zuleido Veras costumava dirigir-se a V.Exa. como Olavinho?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sr. Relator, meu nome é Olavo Calheiros, o nome do meu pai é Olavo Calheiros de Novais.

No Nordeste, Sr. Relator, nós temos o hábito de homenagear os nossos pais tratando os filhos pelo diminutivo do seu nome. Talvez, se o senhor fosse nordestino, lá fosse tratado de Juninho, não de Sandes Júnior. E devo dizer ao senhor que, como disse na minha defesa, eu sou um homem muito simples. Sou tratado de Olavinho por todos os meus amigos, por todos os meus parentes. Para o



senhor ter uma idéia, na minha cidade, as crianças do meu município não me chamam nem de doutor nem de Deputado; tratam-me por Olavinho.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Além dessas 2 pessoas, o senhor teve contato com outros representantes ou funcionários da empresa Gautama?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não, nunca.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - O senhor esteve presente em audiência com autoridades do Poder Executivo em que também compareceu o Sr. Zuleido Veras?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sr. Relator, eu vou-lhe dar — acreditem os senhores — a resposta mais verdadeira: eu, ao surgir a primeira matéria da revista *Veja*, surgiu a denúncia de que eu teria ido ou de que algum Ministro teria falado que eu teria acompanhado o Sr. Zuleido Veras em alguma audiência, a Ministérios. Não lembro disso, Sr. Relator. E não o digo por preconceito. Não acho que seria nada de mais acompanhar um empresário na defesa dos interesses do meu Estado. É porque não lembro mesmo. Tanto é que, quando surgiu a matéria, fiz uma interpelação judicial à *Veja* — e espero que ela responda: “qual foi o Ministro que deu a eles essa declaração?”, para que eu possa saber.

Eu não tenho lembrança, de forma nenhuma, de ter ido a nenhuma audiência com o Sr. Zuleido Veras.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Que tipo de relacionamento o senhor tinha com os Srs. Adeilson Bezerra e Denison de Luna Tenório, bem como com o Sr. Rogério Menescal, Diretor de Recursos Hídricos do Ministério da Integração Nacional?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - O Sr. Adeilson Bezerra é meu amigo pessoal, meu correligionário. O Sr. Denison Tenório é um técnico da Secretaria de Infra-Estrutura de Alagoas, engenheiro há muitos anos. Não tenho com ele maior relacionamento. O Sr. Rogério Menescal, eu não conheço.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Luna Tenório?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Inclusive o Sr. Rogério Menescal deu entrevista, afirmando o mesmo à imprensa. Depois, o Ministro Geddel Vieira Lima afirmou a todos os meios de comunicação que, jamais, eu, Deputado Olavo Calheiros, teria feito nenhum pedido para sua permanência no Ministério.



O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Então, o senhor não recomendou o Sr. Menescal para cargo no Ministério?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Como disse, Sr. Relator, sequer o conheço.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - E o Luna Tenório?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - É o Sr. Denison, engenheiro, a quem já me referi, técnico da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado de Alagoas. É porque o nome dele deve ser Denison Luna Tenório.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Durante os últimos anos, a partir de 2000, principalmente, o senhor teve algum contato com a Construtora Mendes Júnior?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - O senhor apresentou alguma emenda à LDO para obras no Porto de Maceió?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Apresentei.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Emenda individual ou de bancada?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sr. Presidente, Sr. Relator, em 2003, eu era membro da Comissão Mista de Planos e Orçamento. Existiam notas técnicas que determinavam que destaques ao Orçamento Geral da União só poderiam ser feitos por membros desta Comissão. A partir de 2001, esse aspecto foi estendido também à LDO. Só membros da Comissão de Orçamento, a partir de 2001, poderiam fazer essas emendas. Tanto é que, nessa condição, não fiz somente emenda à LDO para a obra do cais do Porto de Maceió, não. Eu o fiz para as 10 obras mais importantes do Estado de Alagoas, a pedido dos seus governantes.

Quero lembrar ao senhor que emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias não trata de valores, apenas exprime metas e objetivos. Era uma forma de preservar, porque havia o entendimento, nas notas técnicas da Comissão, de que só uma emenda estando na LDO poderia vir a fazer parte do Orçamento Geral da União. Foi por esses motivos e a pedido dos governantes que apresentei as 10 emendas à LDO.



O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Quer dizer que, pelo Regimento, um Deputado Federal que não faz parte da Comissão de Orçamento não pode apresentar emenda, tinha de recorrer a V.Exa. para apresentá-la?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Havia o entendimento técnico, Sr. Relator, de que destaques ao Orçamento Geral da União — os mais velhos nesta Casa sabem disso — tinham que ser apresentados por membros da Comissão Mista de Planos e Orçamentos.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Eu gostaria que o senhor falasse do seu relacionamento com o Grupo Schincariol.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - A bem da verdade, eu não tenho maiores relacionamentos com o grupo Schincariol. O que fiz foi uma venda; um empresário que queria vender uma empresa e outros empresários que precisavam, que queriam comprar uma empresa.

Eu tenho um amigo em São Paulo, Mário Garrefa, que foi consultor da Conny — na época, eu estava em fase de projeto e montagem —, que também é fornecedor da Schincariol. E, um certo dia, ele me telefonou, perguntando se eu não queria vender a fábrica e tal. Havia um comprador. Eu disse que não, que não, que estava pensando em tocar o negócio, e ia tocar o negócio para frente e tal.

Meses depois, ele voltou com uma pessoa — era um empregado da “Schin”, era um alto funcionário da “Schin” — querendo conhecer a fábrica; querendo conhecer a fábrica, porque a empresa estava querendo investir lá no Nordeste e tal. Já tinha visitado outros Estados e tinha a informação de que a Conny era uma fábrica que podia atender, naquele momento, aos interesses dele, por ser uma fábrica nova, ter um potencial de produção grande. Foi dessa forma que eu comecei as minhas conversas com a “Schin”.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - O senhor mencionou que a transação foi aprovada pelo CADE. Embora seja uma transação particular, para efeito de esclarecimento, o senhor poderia nos revelar o montante dessa transação, se o pagamento foi feito à vista, foi em 2 vezes, foi dividido?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Posso, sim, Sr. Relator. Eu já disse a V.Exa., no meu discurso, que o sigilo dessa operação foi quebrado. A Schincariol, em nota oficial, já declarou o teor completo da operação. Ela foi uma



operação feita com a Schincariol assumindo parte dos débitos bancários de financiamento, assumindo dívidas da empresa, não de financiamento, mas de recursos rotativos e de capital de giro em outros bancos. Eles assumiram pagamentos com fornecedores. Eles assumiram pagamentos, ainda, com alguns fornecedores de equipamentos. De forma que foi uma venda parcelada em 36 parcelas, mais os montantes dos débitos a que eu me referi, que foram assumidos por eles.

O que eu não gostaria, na verdade, Sr. Presidente, é, pelo que de frágil existe nessa representação, a gente ser obrigado — a gente ser obrigado — e ser submetido a uma devassa política, que é o que estão querendo fazer comigo.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Sr. Presidente, por enquanto, eram as perguntas iniciais que eu gostaria de fazer, e fiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A qualquer instante V.Exa. poderá fazê-lo.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Exatamente, conforme o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu darei a palavra agora ao Deputado que representa o PSOL, o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Conselheiros, Deputado Olavo, em primeiro lugar, quero deixar muito claro, como sempre faço, que a impessoalidade deve ser a característica da nossa atividade pública — aliás, da administração também. Impessoalidade, moralidade, legitimidade.

O PSOL, ente coletivo, partido político com representação nacional, tem a legitimidade constitucional de representar. Não se trata, portanto, de uma iniciativa da sua eventual — e, para nós, honrosa — Presidente, professora e ex-Senadora Heloísa Helena.

Portanto, quero afastar de pronto qualquer eiva de disputa local e paroquial e de atitude vertical e presidencialista. Não. As representações que o PSOL fez, como a recém-acolhida lá no Conselho de Ética do Senado da República, por 11 votos contra 4, é algo determinado por uma visão de mundo, de política, de partido, no exercício de um direito. Então, não há a autora, até porque PSOL, ente coletivo, é masculino, o Partido Socialismo e Liberdade.



Segundo lugar, curiosamente, creio que é coincidência mesmo, o Senador Wellington Salgado, derrotado de há pouco, com mais 3 colegas, os 4 votos contra o parecer dos ex-Deputados e Senadora Marisa Serrano e Senador Renato Casagrande, disse que era o caso, inclusive, de o relatório que foi aprovado merecer uma análise funda para ver se os Relatores não estavam quebrando a ética e o decoro parlamentar. Quer dizer, é um absurdo, uma lógica extremamente ilógica.

E o que eu mais ouvi aqui, na defesa legítima, justa, necessária, irrevogável do Deputado Calheiros, foi um ataque adjetivo fortíssimo ao nosso direito de representar. Listei 17 adjetivos. A representação, estimulada pela fábrica de mentiras que é a mídia nacional, a imprensa, ela é inidônea, infame, falsa, aberrante, anêmica, vulgar, irresponsável, oca de provas, odiosa, inquisitorial, embusteira, leviana, medieval, mentirosa, vazia de conteúdo, inepta e injuriosa.

Eu sei que no mundo da advocacia, os adjetivos, no mundo da política institucional também, eles impressionam. Agora, são em geral conversa fiada, para falar no português nada adjetivo e gongórico. São maneira de — para falar bonito — tergiversar.

Por isso, eu vou fazer perguntas, talvez 17, substantivas, lembrando que, como sempre dissemos — o Presidente Izar é testemunha da nossa atividade na outra Legislatura, que é muito mais de plenário, nas Comissões, propositiva, do que (*falha na gravação*) a contingência da crescente podridão da política brasileira, inclusive com a guinada neste sentido que o Presidente Lula deu. Agora, ele é o propagador da ilusão de ética, não enxerga nada ao seu redor, ainda diz que o seu partido tem a maior autoridade moral e política do País. Mas é um momento terrível, e a gente se vê nessa contingência desagradável.

Alguém me perguntou lá sobre o resultado da representação do PSOL, após mais de 3 meses, com manobras protelatórias do representado no Senado, se eu estava feliz. Eu falei: *“De modo nenhum. Estou apenas justificado.”* Na vida política hoje, a gente não tem alegrias, tem no máximo alguma pequena satisfação do dever cumprido. E é isso que o PSOL faz aqui.

Eu nem conhecia pessoalmente o Deputado Olavo Calheiros, colega de representação, mas ele tem de fato uma atuação discreta. Eu sou mais exibido, talvez, mais falador, e cada um tem o seu estilo. Conheço, tenho estima e apreço



peçoal pelo Deputado Renildo Calheiros, em função até de identidade ideológica em muitos pontos. Portanto, nada de familiar, peçoal, paroquial.

As indagações são as seguintes. O senhor disse que o empresário Zuleido Veras é um empresário acatado. Eu não sei o sentido desse adjetivo, não sei se ele denota uma proximidade maior, um elogio. E quero saber se o senhor possui negócios com esse acatado empresário. Se bem entendi.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Eu disse que o Sr. Zuleido Veras, o empresário Zuleido Veras, até antes desse episódio da Operação Navalha, ele era um empresário acatado, tinha obras em vários Estados. Isso, Deputado Chico Alencar, é o que eu quis dizer.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tem, possui negócios com ele?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não, nenhum negócio.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor recebeu doações de campanha em 2006 da pessoa jurídica Schincariol ou da pessoa física Primus Schincariol?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Recebi.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Essa empresa foi a que adquiriu a sua empresa de refrigerante?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Foi a mesma.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor achou que não havia nenhum óbito, óbice — não desejo óbito para ninguém — nessa aproximação?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não. A doação foi legal e está declarada na minha declaração junto ao TRE.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor intermediou ou atuou na liberação de recursos para a construção da barragem do Rio Pratagy, em Maceió?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não, de forma nenhuma.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Em audiências normais de qualquer Parlamentar com Ministros de Estado, em que foram tratados interesses específicos



do Estado de Alagoas, o senhor esteve, alguma vez, acompanhado por empresários ou empreiteiros?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não. Já disse, respondendo ao Relator, que não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor inclui as obras da Gautama como incluídas naquilo que o senhor diz, na sua defesa inicial, como “legítimos interesses do povo alagoense”?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Incluo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Alagoano?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Incluo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - As obras da Gautamo?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Incluo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor considera que mesmo depois desses episódios, dessas investigações da Operação Navalha, a idoneidade dela continua inatacável?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não, eu não estou me referindo a isso, Deputado Chico Alencar. Isso é uma coisa que os órgãos próprios vão apurar. Eu não posso estar aqui fazendo ilação. É por isso que fui obrigado a usar alguns adjetivos contra a representação que recebo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aí eu é que não entendi.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Eu estou dizendo: eu não posso decretar, de pronto, nem eu nem V.Exa., a idoneidade ou não de qualquer empresa. Isso tem órgãos próprios, tem fórum próprio. Acho que isso está sendo feito.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É, mas o senhor disse que a nossa representação é inidônea; e foi rápido em adjetivar. Mas tudo bem, tem direito.

O senhor não apresentou, nesse processo disciplinar, a resposta que teria dado ao Procurador Geral da República relativa ao diálogo, que o Relator já mencionou, entre o Zuleido e Fátima Palmeira. Por que motivo?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Eu não entendi a resposta.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor disse que já respondeu ao Procurador Geral da República, já encaminhou as suas considerações sobre esse diálogo de Zuleido Veras e Fátima Palmeira, que o senhor já respondeu a isso



perante o próprio Procurador. Por que não apresentou, nesse processo disciplinar aqui, essa resposta?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Porque não existe. Esse diálogo não foi encontrado. Nós já requeremos à Procuradoria Geral da República, que requereu à Polícia Federal. E não existe, até agora não foi encontrado. Eu me referi como uma forma de defesa subjetiva de que não sou responsável por conversas entre terceiros. Não tenho nenhuma responsabilidade sobre elas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor confirma aqui, ouvida de uma resposta ao Relator, aqui, que o seu diálogo, diálogo e conhecimento, com Zuleido Veras e Fátima Palmeira era constante.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não houve diálogos nas fitas entre mim, entre a minha pessoa e nenhuma das pessoas arroladas na Operação Navalha. Nenhum. Absolutamente nenhum.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor os desconhece, esses que eu citei, tem diálogos com eles?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Conheço.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Tem diálogo com eles.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Tive diálogos com eles.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor, V.Exa. ou a empresa de sua propriedade, ou da qual é sócio, recebeu doação ou firmou algum tipo de contrato com a Prefeitura de Murici?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E a prefeitura transferiu o domínio ou a posse de algum terreno para V.Exa. ou para alguma empresa de sua propriedade ou da qual é sócio?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E quem era o prefeito à época e a sua vinculação política com ele?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Murici é uma cidade muito pobre, Deputado Chico Alencar. Para o senhor ter uma idéia, esse município detinha 2 usinas de açúcar, e as 2 fecharam, por condições de topografia, crise do setor há 10 anos. Isso nos levou a um desemprego enorme. A cidade caiu de 30 mil habitantes,



tem hoje acho que 27, 26 mil. Houve um êxodo forçado pela piora da situação econômica.

O município tem um programa que, aliás, é velho. Ele é de 1992. Um programa e um grande esforço de todos nós para atrairmos empresas, para atrairmos indústrias, para que nós pudéssemos, de alguma forma, compensar esse grande prejuízo econômico que o município levou com a falência dessas 2 empresas. E o município estabeleceu, o município tem áreas... E lá criou um pólo industrial. Qualquer empresário do Brasil, do Nordeste, que lá quiser se instalar, o município doa o terreno. Isso é uma coisa legal, é uma lei. Foi nessa condição que eu também, dando a minha contribuição a minha terra, inscrevi-me no programa para obter o terreno para a construção da Conny.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o prefeito à época, o seu vínculo com ele?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - O prefeito à época era meu irmão.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não considerou que, por esse grau de parentesco e até por V.Exa. estar exercendo mandato de Deputado Federal, com múnus público, esse tipo de negócio, ainda que no interesse do desenvolvimento do município, como o senhor disse, poderia representar uma perigosa perda de fronteira entre a autoridade pública e o empresário da iniciativa privada?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não, porque isso é uma coisa oficial, Deputado. Isso é uma coisa legal, expressa em lei. Isso é uma coisa, a meu ver, normal.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Normal um Deputado irmão de prefeito receber uma doação de terreno da prefeitura para um empreendimento particular dele. O senhor considera isso normal?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Na defesa do desenvolvimento econômico do município.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - V.Exa., ou empresa de sua propriedade, ou da qual é sócio, recebeu alguma isenção fiscal ou tributária do Município de Murici ou do Estado de Alagoas, do Governo do Estado?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não. Do município, não.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Do Estado?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Do Estado, sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E por quanto tempo usufruiu dessa isenção?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - O Estado tem uma lei que dá incentivos a empresas. Eu acho que ela... A empresa iniciante que não exista ainda, que seja uma empresa nova, que não tenha similares, acho que eles reduzem 50% do ICMS durante 8 anos. A minha empresa, como já existia uma outra empresa na mesma modalidade, acho que teve um incentivo menor e por 8 anos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas tributos municipais eram...

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não. Nenhum.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - De nenhum obteve isenção?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Absolutamente nenhum.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - V.Exa., ou empresa de sua propriedade, ou da qual é sócio, contraiu empréstimo junto ao Banco do Nordeste e ou ao BNDES?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O valor desse empréstimo.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Eu acho que o valor desse empréstimo à época deve ter ficado em torno de 8 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Esse do Banco do Nordeste?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Do Banco do Nordeste.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E do BNDES?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não, era uma operação conjunta. O BNB também era repassador do BNDES.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o bem dado em garantia desse contrato?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - O bem dado em garantia, bem legal, normal, em perfeito estado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim. Foi o próprio terreno ou foi...?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Foram meus bens pessoais: fazendas e... Tudo avaliado pelo banco e aceito.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Esse empréstimo foi pago?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não. Está sendo pago. Esse é um empréstimo que não está totalmente vencido, é um empréstimo que tem ainda eu acho que 6 a 7 anos para o seu final.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas algo, parte dele... Teve algum momento em que a transação com a Schincariol, na aquisição da sua fábrica de refrigerantes, isso entrou também?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, agora ele foi transferido para a empresa Schincariol?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tem alguma responsabilidade ou interferência na promoção do gerente do BNB, Sr. Expedito Neiva Santos? O senhor o conhece? Tem alguma relação com ele?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Nenhuma. Conheço. Tenho relação pessoal, mas nenhuma. Ao contrário do que disse à imprensa, ele assumiu a Superintendência lá em Alagoas no Governo passado, não foi nem ainda no Governo Lula. Isso é uma coisa... Isso é uma falácia, Deputado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O CADE, do Ministério da Fazenda, informa que essa fábrica foi vendida por um valor de 27 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor informou à Justiça Eleitoral, nas eleições de 2006 — todos aqui Parlamentares disputamos —, que a sua parte na sociedade na empresa Conny, em torno de 85% dela, valia 2 milhões e 295 mil reais, ou seja, pouco menos de 3 milhões. Diante desses números, não há uma disparidade entre a venda efetiva, esse valor de 27 milhões em relação à realidade do mercado, capacidade de produção, faturamento? A empresa estava com altos lucros naquele momento, em situação difícil, falimentar, enfim?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não, é porque a empresa, Deputado, estava... A empresa tem sócios, a minha esposa é sócia. Nós temos participação. E ela estava sendo — como se chama? —, o capital estava sendo integralizado. Isso era uma coisa que estava sendo integralizada aos poucos,



naquela época, isso nas eleições de 2006. Nós tínhamos que ter entregue as nossas declarações. Eu acho que por volta de junho e julho, porque as eleições são em outubro, quando você faz o registro da sua candidatura, nós não tínhamos fechado o balanço de 2006. De forma que entrou esse valor, em função disso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E houve alguma alteração no contrato social dessa empresa, antes da venda, aumentando o seu capital?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o Deputado juntou aos autos essas alterações contratuais da empresa Conny?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tem conhecimento de que desapareceram da Junta Comercial de Alagoas, em julho, 6 alterações contratuais e 5 atas da diretoria da empresa Conny?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não tem ciência disso?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não tenho e tenho certeza de que não é verdade.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor acha que isso se propalou...

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não tenho conhecimento de que desapareceram e tenho certeza de que não é verdade.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Como é que o senhor pode ter essa certeza?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Porque isso são documentos públicos, são documentos em que o Estado é guardião deles, eles não podem desaparecer.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas na medida em que isso foi noticiado...



O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - O que não pode, Deputado, é jornalistas apressados quererem para amanhã um certidão que tem prazo para ser entregue.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor solicitou, então, essa certidão?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não, eu não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Vai apresentar?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não, não solicitei, não. Acho que alguns jornalistas já solicitaram. Mas garanto ao senhor que não é verdade, não desapareceu...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Chico Alencar, V.Exa. tem mais 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu costumo dar 20 minutos para o representante e 10 minutos para os Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Estou concluindo.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Daqui a pouco começa a Ordem do Dia e vai ter que encerrar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Licença, Deputado.

V.Exa. tem mais 3 minutos, por favor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Um minuto para cada uma das perguntas, menos até. Primeiro: o senhor conhece o presidente da Junta Comercial de Alagoas, Sr. Boanerges Vieira Gaia Júnior?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Conheço não. Conheço a família dele, mas ele, pessoalmente, não conheço.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tem conhecimento de que ele se afastou temporariamente da Junta exatamente no período em que foram requeridas essas certidões?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não. Não, senhor, Deputado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nem as razões disso?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor apresentou emendas orçamentárias destinadas ao Porto de Maceió, em obras realizadas pela Mendes Júnior, de 2001 a 2003?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não.

O SR. CHICO ALENCAR - Não apresentou nenhuma emenda?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Apresentei uma emenda à LDO, não ao Orçamento Geral da União, como diz a representação. E não apresentei só para essa obra, apresentei para as 10 obras importantes do Estado de Alagoas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Como nós somos pessoas politicamente expostas, sempre apresentamos nossas declarações de renda, é parte do nosso ofício, o senhor teve um crescimento patrimonial de mais de 7.000% entre 1998 e 2006. O senhor tem uma explicação simples para isso?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - O aumento do meu patrimônio é compatível com as minhas rendas, com as minhas receitas, minha e da minha mulher.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tem alguma relação com a Sra. Maria de Lourdes Ferreira Moura, tabeliã do Município de Murici?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Conheço.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tem ciência de que ela foi afastada e responde a processo administrativo?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Tenho.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E teria alguma vinculação com relações quanto as suas propriedades?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Nenhuma, absolutamente nenhuma, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E, por fim, o senhor responde a algum processo por suposto crime de injúria ou difamação movido por um advogado chamado Felipe Cunha Carvalho? E quais seriam as razões, se existirem, dessa acusação?



O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Eu processei... Ele responde a 3 processos por injúria e difamação e acho... Tomei conhecimento, pelo meu advogado, que ele também entrou com representação contra mim. Não recebi ainda.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

O próximo inscrito é o nobre Deputado Wladimir Costa. Dez minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Sr. Presidente, muito obrigado. Congratulações a V.Exa; ao nobre Relator, meu colega, Deputado Sandes Júnior; ao Deputado Olavo Calheiros; ao nobre advogado, Dr. José Fragoso; aos meus colegas. Tenho não uma relação de amizade com o Deputado Olavo Calheiros. Somos colegas de Parlamento, e tenho a satisfação de conviver com ele dentro do nosso querido partido, o nosso PMDB.

Analisando as denúncias que me foram repassadas pelo nobre advogado, o que me chama a atenção? A questão do grampo telefônico. Mais de um ano, vários telefones grampeados pelas autoridades, com determinação judicial, e nenhuma única vírgula com a voz do Deputado Olavo Calheiros, e muito menos de qualquer um dos assessores nomeados dentro de seu gabinete. Nenhum. As emendas também não têm nada que crie qualquer ligação do Deputado Olavo Calheiros com o Zuleido Veras.

Temos a questão, uma pergunta que aqui foi feita, se o Deputado Olavo Calheiros intermediou uma audiência de Zuleido Veras com um membro do alto escalão do Governo. Não vejo crime nenhum nisso aqui, até porque... Vamos a um exemplo: Roger Agnelli vive dentro do Palácio do Planalto. Ele é o Presidente da Companhia Vale do Rio Doce. E tantos outros empresários freqüentam. Qual crime?

Parece que estão marginalizando o empresariado, hoje tão sofrido, com tanta carga tributária neste País. Parece que andar com empresário, ter amizade com empresário ou levar o empresário até para uma audiência, seja lá onde for, parece que é um crime, quando os empresários do nosso País merecem respeito, porque pagam impostos, honram seus compromissos e empregam neste País. Se o desemprego já é alarmante com os empresários aí lutando e batalhando, imaginem sem. Por isso que a economia informal cada vez mais cresce neste País.



Eu analiso com bastante tristeza esta representação. V.Exa., ainda há pouco, foi perguntado pelo nobre Deputado Chico Alencar se V.Exa. responde a crime de difamação e injúria. Você disse que sim. Eu respondo a duas. Duas. Está no Supremo Tribunal Federal. Faço até questão de declarar. São 25 anos trabalhando em rádio e televisão. A gente fere interesses. Porque hoje até bandido não gosta de ser chamado de bandido no rádio e na televisão, e eles procuram as autoridades constituídas. Porque hoje tem bandido que não está com nome sujo, não. Então, eles entram com representação. Tenho duas e irei responder outras mais se houver necessidade.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Eu queria só dizer ao nobre colega, Deputado Wladimir, que, com todo respeito que eu tenho, Deputado, nós estamos aqui para apurar. A defesa tem que ser feita pelo advogado.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Não, Deputado. Você, por ser marinheiro de primeira viagem neste Parlamento, o senhor não está...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Eu não sou marinheiro. Eu tenho senso de justiça e de apuração.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - O senhor chegou agora. Eu tenho o direito de usar. Por favor, se afine com o Regimento da Casa, que o senhor não conhece ainda direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra, nobre Deputado. Continue, por favor.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Não como o senhor. E nem quero conhecer.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Leia, por favor, o Regimento Interno, que o senhor ainda está muito despreparado.

Então, nobre Presidente, o que me causa espécie é isso. Eu não tenho nada para perguntar. Essa representação é esdrúxula, inconsistente. Eu não vou perder o meu tempo em estar fazendo perguntas. O que eu queria que fosse perguntado já foi feito pelo nobre Relator Sandes Júnior.



Muito obrigado. Encerro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Paulo Piau. Dez minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente, certamente eu vou usar menos tempo, não vou usar os 10 minutos. Eu acho que, por toda questão da representação, o nosso Relator já inquiriu todos os itens. Evidentemente o Deputado Chico Alencar também já foi nos mínimos detalhes.

Eu fico aqui me perguntando o seguinte. Eu acho que esse tipo de representação tem seu valor, porque nós estamos a procura da transparência neste País, a qualquer custo. A sociedade busca isso.

Agora, de qualquer maneira, fora os questionamentos respondidos pelo Deputado Olavo Calheiros, eu vi na representação do PSOL indícios. Eu acho que tem um processo da Polícia Federal e acho que cabe a ela a investigação real. E, portanto, até neste presente momento, entre a acusação e a defesa, eu não vi nada. Eu quero não defender o Deputado Olavo Calheiros. Pelo contrário. Mas nós estamos aqui para fazer justiça. No que for necessário a gente apor o nosso voto aqui, tem que ser pela justiça. E acho extremamente ruim, e nós que somos políticos somos vítimas desse processo. Eu acho que a imprensa tem um lado absolutamente fundamental, que é o lado da investigação, que é o lado de colocar a opinião pública refletindo sobre as coisas do País. Agora, nós também temos experiências de nomes jogados na rua a qualquer custo, por qualquer motivo, sem nenhuma responsabilização de quem os joga. E, portanto, eu acho que este Conselho também tem que ter a sua responsabilidade no trato da sua coisa.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que o relatório da Polícia Federal, para nós, vai ser o fundamental. Esta audiência aqui também é fundamental. Nós temos que formar opinião. Os Conselheiros têm que formar opinião, até para colocar o seu voto amanhã, caso tenhamos que votar alguma coisa. Mas eu não vi, até agora, consistência nenhuma, apenas indícios. Então, eu estou fazendo essa colocação porque, se houvesse qualquer fato que a gente tivesse que colocar mais, além das perguntas já colocadas aqui, nós teríamos que fazer.

Então, eu queria dizer que não tenho mais questionamentos a fazer, apenas que nós tenhamos responsabilidade e que o Sr. Relator possa pegar o relatório da



Polícia Federal, porque ela, sim, tem a responsabilidade da investigação, e nós vamos julgar apenas o decoro. Houve malversação de dinheiro público, houve corrupção, houve um fato relevante que fira o decoro ou que feriu o decoro parlamentar? Aí, sim, este Conselho tem a responsabilidade de dizer o seguinte: “Olha, o Deputado Olavo Calheiros não poderá ficar entre nós porque feriu o decoro parlamentar”. Ou, caso contrário, não feriu o decoro parlamentar.

Então, eu só queria fazer essa observação, mais a título genérico, para que nós não alimentemos um processo que, muitas vezes, não tem nenhuma conotação. Sabemos muito bem da prática política deste País. Sabemos, temos conhecimento. É uma prática dura e nefasta, porque não conseguimos ainda dar uma disciplina, uma transparência, principalmente ao processo eleitoral. É fato. Mas também não podemos incriminar injustamente e colocar o nome das pessoas na rua, como já vimos esse filme por aí.

Então, só queria chamar essa atenção. Evidentemente, se houver necessidade, eu peço a palavra novamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado. Com a palavra o nobre Deputado Professor Ruy Pauletti.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Olavo Calheiros, minha posição é completamente impessoal. Não conheço o Deputado Olavo e sei dos fatos mais pela imprensa. Procurei me informar e ler a defesa que aqui foi feita.

Vou na mesma linha de sempre. Não me cabe investigar os fatos, me cabe analisar se houve ou não quebra de decoro. Esta é a minha obrigação. Contudo, para dar andamento, para ver se houve quebra, tem que analisar alguns fatos, mas sem ser investigatório.

Nós precisamos, sem dúvida nenhuma, atuar no Congresso e ser duros na fiscalização daquilo que acontece de corrupção e de posicionamento dos Deputados, dos Senadores e do próprio Governo. Eu, por exemplo, me sinto constrangido quando o nosso Presidente vai ao conselho do Partido dizendo que ele é o maior depositário da ética e da moral, em defesa daquilo que o conselho chamou de “mensalão”, em defesa daqueles que participaram. Ora, isso faz com que haja um desmonte da própria dignidade do País. Não cabe ao Presidente da República,



de maneira nenhuma, dizer que tem que ser não só solidário, mas fazer a defesa dos companheiros. Ora, isso é muito mais grave do que essa análise que estamos fazendo aqui, Deputado Calheiros. É muito mais grave. Perante o mundo, o Presidente que vai defender 40 acusados pelo Tribunal Superior não é... E o De Gaulle dizia assim: “Não é um País sério”. E a gente se ofendia quando o De Gaulle dizia isso.

Contudo, há que se analisarem algumas coisas que estão no processo. Uma das informações é de que a família Calheiros faz negócios milionários, principalmente nos últimos anos. Não sou contra... Não sei se o senhor é um homem rico. Parece que sim. Eu não sou contra os ricos, eu gostaria que todo mundo fosse rico. E gosto também daqueles que sabem honestamente ganhar o negócio e fazer bons negócios.

Agora, eu gostaria de lhe perguntar: o senhor é um homem rico?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não. Eu construí essa empresa com financiamentos e com outros tipos de captação de recursos. Eu já tenho, Prof. Pauletti, estou aqui exercendo o quinto mandato parlamentar, estava querendo deixar a vida pública e queria ter uma atividade empresarial para tocar a minha vida. Infelizmente, o volume de débitos contraídos e a dificuldade de entrar nesse mercado não me permitiram manter a empresa e tive de vendê-la. Mas gostaria de, ao encerrar a minha carreira política, ao final deste mandato, tocar uma empresa desse tipo.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - O que era a fábrica de tubaína, construída em 2003, que surgiu na imprensa?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Tubaína, Deputado Pauletti, é um nome pejorativo para pequenas fábricas, “tubaína”. Esse nome me parece que veio também de Itu. Era uma pequena fábrica, que chamavam de “itubaína”. Eram pequenas fábricas de refrigerante. Esse nome, “tubaína”, era uma forma pejorativa de tratarem a minha empresa, porque, na verdade, ela não era uma empresa pequena, era uma pequena de porte médio para grande no Nordeste.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Que foi vendida por 27 milhões para a Schincariol?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - É.



O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Então, não era pequena.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Empresa de porte médio para grande.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Em 2003, foi vendida para a Schincariol também a Conny? Em 2003, não; em 2006 ou 2007. Quando foi vendida?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Isso é uma empresa só. E “tubaína” é a forma pejorativa.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - É a mesma empresa, a mesma?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Só existia a empresa Conny Indústria de Sucos e Refrigerantes.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Agora, as perguntas, então. A empresa Conny era altamente rentável?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Era uma empresa iniciando no mercado, um mercado muito difícil e concorrido, está certo? Mas estava cumprindo o seu objetivo. Nós tínhamos traçado metas, e ela estava seguindo o seu objetivo normal, de dificuldades, tanto é que já nos preparávamos para sair do Estado, para entrar em outras praças, aumentar os pontos de venda.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Por que, então, a tubaína entrava na Justiça do Trabalho para não pagar pequenas contas, de 900 reais, de água ou de outros produtos? Está escrito aqui, na denúncia.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Professor, sinceramente, eu não sei. Eu vi na...

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Três mil e seiscentos reais para o IBAMA, que era projeto de fiscalização. Enfim, pequenas contas. Não pagava e entrava na Justiça para não pagar.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não, eu... Eu vi isso na representação. Isso é uma coisa muito subjetiva. Empresas têm departamento jurídico e questionam contas. Não é chegar um órgão e cobrar uma taxa, e você ter que pagar. Você tem de ver se é devido. Não é assim. Empresa tem um rito mais duro, mais... Eu vi isso e também não conseguir entender, na representação.



O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - A Schincariol comprou outras fábricas. O senhor sabe disso.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sei.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Fábricas do mesmo porte, com faturamento maior do que a Conny, foram pagas quase a metade. Não sei se isso é verdade. Quase a metade do valor que foi pago pela Conny.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Mentira! Grande mentira. Grande mentira.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Cita aqui as empresas.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Mas não é verdade, não é verdade. O que eu não estou aqui é para dizer... A Schincariol deve ter comprado 3 ou 4 fábricas. Eles tinham interesse enorme no Nordeste, porque, segundo eles — vim tomar conhecimento depois —, e daí o interesse deles na minha empresa, é que eles dobraram a venda de cerveja em 2 anos. Dobraram. E a venda de cerveja impulsionou a venda de refrigerantes. Como a Coca-Cola comprou uma fábrica de refrigerante a mais, e eles tinham de se preparar para a guerra de refrigerante... A guerra de refrigerante no Nordeste seria a partir da Conny, porque nós estávamos equiparados para isso, com linha de lata, com linha de vidro e com linha de PET.

Esse é — depois é que eu vim descobrir — o grande interesse da Schincariol em comprar a fábrica lá. Mas é conversa. O que ele comprou, que vi na revista, acho que foi a Baden-Baden ou uma empresa, uma microcervejaria.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - A Igaraçu?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não, Igaraçu, não. Essa é uma fábrica grande de cerveja. Não sei o preço, mas é uma fábrica grande de cerveja. E posso garantir ao senhor que planta de cerveja não é barata, não é barata.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - O senhor acha que o processo que está ocorrendo no Senado vai acabar influenciando ou vai ter reflexo aqui?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Professor, eu não sei. Eu gostaria que não tivesse. Eu...

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - O justo seria que não houvesse.



O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - O justo seria que não houvesse. O clima no Senado está muito partidarizado. Eu acho um absurdo decidir a vida, o destino de alguém de forma política, de forma partidária. Eu acho que é preciso fazer o que o senhor apontou no início das suas palavras: analisar os fatos. Isso é o que tem de ser feito.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Uma última pergunta. A Gautama era conhecida como empresa que vencia concorrência, às vezes concorrências lícitas, mas só que não entregava as obras. Recebia os recursos e não entregava as obras. O senhor conhecia esse fato?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não. Sinceramente, não. Sinceramente, não, Professor.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Não conhecia?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - E o senhor tem certa intimidade com o Zuleido Veras?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Eu disse que conheço, tive relação porque fui Secretário de Estado no Estado de Alagoas. Quando Secretário, a empresa foi correta para com o Estado, cumpriu os seus compromissos. Portanto, eu não tinha essa idéia, não, de forma nenhuma.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Eu agradeço. Vou me reservar a possibilidade de fazer outras perguntas. Obrigado.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de ouvirmos o Deputado Moreira Mendes, o Relator quer fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Sr. Presidente, só a título de esclarecimento, colaborando com a pergunta do Professor. Não sou aqui advogado da marca de cerveja, mas tive a oportunidade de recebê-los. Existe uma cláusula em toda a venda de uma grande, média ou pequena empresa, que é a de não revelar o preço. Eles me mostraram o preço das últimas fábricas compradas, inclusive do mesmo porte da Conny. Compraram até por valor maior, ou seja, por 10, 12 ou 15 milhões. Essas últimas fábricas... Fiz essa pergunta que o senhor fez: se foi comprada dentro da avaliação. A avaliação deles com relação à Conny, já que não



existe mais o segredo do valor, pois eles quebraram, de ambas as partes, esse contrato de segredo, a empresa foi avaliada por 35 milhões e eles a compraram pelo valor de 27 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Moreira Mendes.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Advogado, ilustre Deputado Olavo. Já fui Senador e hoje estou na Câmara dos Deputados e tenho a impressão de que o mais difícil ofício para o Parlamentar é sentar nesta cadeira, ser membro deste Conselho. Isso exige uma responsabilidade muito grande por parte de cada um de nós, especialmente para quem milita na Justiça.

Sou um modesto advogado. Costumo brincar, dizendo que sou um modesto advogado de aldeia no meu Estado, Rondônia. Estou lá há 35 anos e tenho 37 de advogado. Já perdi o brilho, porque já há muito tempo não advogo mais. Mas uma coisa que, assim, que eu acho a maior dificuldade aqui no Conselho é a gente ter a visão do advogado, aqui, e precisa separar isso e focar aqui, que aqui está mais para o lado político.

E eu quero aqui começar dizendo: eu não tenho nenhuma pergunta para fazer. Todos os outros que me antecederam praticamente já fizeram todas as perguntas.

Se isso aqui fosse um julgamento em que eu tivesse que atuar como advogado, eu acho que esse assunto devia ser liquidado aqui e agora, porque não há nada aqui dentro verdadeiramente que comprove. Gente, são só "ouvi dizer", só notícia de jornal, só, sabe, essas coisas. E aí é que fica esse meu conflito interno de tentar separar isto aqui da atividade aqui como Parlamentar.

Será — esse questionamento eu me faço também muitas vezes — que no exercício dessa nossa atividade aqui dentro, tão difícil, esse relacionamento com prefeitos, com governador de Estado, essa responsabilidade de cada um de nós de buscar recursos lá para seus Estados, de resolver problemas, o Deputado, no fundo, no fundo, acaba sendo um despachante qualificado, mais qualificado? Porque hoje o Estado, o município, o Estado são tão carentes de recursos que a gente precisa estar, às vezes, se envolvendo. E fala com todo mundo e conversa com todo mundo



e escuta todas as pessoas. Como é que eu vou enxergar na testa de uma pessoa que chega ao meu gabinete para conversar comigo sobre alguma coisa de interesse do meu Estado? Como é que eu vou saber se aquele cidadão e empresário presta ou não presta, se o passado dele é bom ou não é, se o futuro dele — o futuro! — vai ser bom ou não vai? Isso é uma coisa muito complicada. E daí decorre — aonde eu quero chegar, não tem nada a ver aqui com a sua história — que uma pessoa que eventualmente eu possa estar recebendo no meu gabinete hoje, um bom empresário, sólido, competente, realizando inúmeras obras no País todo, quando chega daqui a 4 anos, eu volto aqui como Deputado outra vez, reeleito pelo povo, e está lá o cidadão na "boca de Maltilde", aí nos jornais, nas páginas dos jornais como mau empresário. E eu o recebi lá no passado, estive no meu gabinete, e estou lá eu, acabo sendo envolvido sem dever nada.

Então, isso aqui eu tenho a impressão que é o nó górdio da questão, o mais difícil de a gente separar e decidir. Eu posso, até aqui... Nós ainda não estamos aqui na fase de uma definição, do final, mas eu acho que não tem substância nenhuma, sem nenhuma paixão, sem nenhum partidatismo. Eu acho que isso aqui não tem conteúdo para dizer que o Deputado Olavo... Isso não significa uma antecipação de uma decisão minha, mas, do que eu estou vendo aqui... Só se houver fatos novos, não conhecidos, mas aqui não tem nada que possa levar a uma conclusão de que o Deputado Olavo Calheiros possa ter faltado com o decoro ou com a ética. Eu acho que tudo isso que aconteceu é inerente da atividade de cada um de nós aqui dentro e pode acontecer com todo mundo. Essa relação do Deputado com as suas comunidades, com os seus prefeitos, com o Governador, isso é tudo muito complicado.

Então, Sr. Presidente, apenas para fazer este registro dessa dificuldade que a gente tem em separar as duas coisas. E eu faço votos de que nós todos aqui, na hora da decisão, tenhamos os elementos adequados e a lucidez necessária para fazer aquilo que for justo. Mas, no momento, me parece que não tem nada que possa levar à conclusão de que o Deputado tenha cometido qualquer falta com o decoro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Dagoberto.



O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Sr. Presidente, antes de até responder as agressões que recebi do meu colega Deputado Wladimir — não sei por que ficou nervoso —, e eu não vou respondê-lo para preservar a amizade que tenho tido com ele até agora.

Sou novato, mas entendo que o meu papel neste Conselho é buscar a verdade. Foi para isso que o meu partido me conferiu essa vaga e é isso que eu vou fazer. E este Conselho, Deputado Olavo... Não quero prejudicar V.Exa., de forma alguma, jamais cometeria alguma injustiça com V.Exa., pode ter certeza absoluta disso, mas eu também não gostaria de absolvê-lo por qualquer denúncia e sem poder ter a busca dessa verdade, também não faria isso.

Eu quero sugerir, portanto, ao nosso Relator, Deputado Sandes Júnior, que peça o inquérito da Polícia Federal, em que já estão apuradas essas denúncias feitas em relação ao Senador e ao Deputado, para que a gente possa ver se há alguma prova material, até porque, como todos já disseram, na denúncia ainda não consta nenhuma prova contundente. Gostaria que, junto com esse inquérito, fosse convocado o delegado para qualquer questionamento desse inquérito que pudéssemos fazer ao delegado. Por fim, pedir para a Comissão do Senado que envie o relatório que foi votado hoje, para a gente saber se daquilo que foi apurado e relatado há um envolvimento do Deputado Olavo Calheiros. Eu acho que aí, sim, nós teríamos elementos suficientes para poder fazer justiça neste Conselho.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós vamos atender V.Exa. e já vamos requisitar inclusive do Senado as cópias de todos os depoimentos, provas, tudo referente a esse processo.

Com a palavra o nobre Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, continuo sem som. Sr. Presidente, continuam boicotando aqui a minha palavra. Continuo sem som. Som, por favor! Eu vou trocar... *(Pausa.)*

Sr. Presidente, nobre Relator, Deputado Sandes Júnior, Deputado Olavo Calheiros, senhor advogado, colegas membros deste Conselho, Deputados aqui presentes, senhores da imprensa, primeiro eu não quero emitir nenhum juízo de valor, até porque ainda não ouvimos o parecer do nobre Relator Sandes Júnior, que



deverá estar substanciado de todos os requisitos, de todas as coisas que veio a investigar e as provas que veio a colher.

Fiquei agora impressionado e satisfeito, Deputado Sandes Júnior. V.Exa. chegou já ao ponto de conversar com o fabricante e saber o quanto ia fazer e o que faltava ser feito, exatamente isso, qual foi a avaliação que foi feita pela fábrica que foi vendida por 27 milhões, se tinha sido a maior ou a menor. V.Exa. já explicou.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR – Ele foi avaliado em 35...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Isso.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - ... 27 milhões. Eles deram 8% de entrada e 36 pagamentos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Trinta e seis pagamentos.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR – Com 8% do valor de entrada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Uma transação comercial como outra qualquer. Então, na verdade, o Deputado Olavo Calheiros falou uma coisa que me interessou e eu fiquei querendo saber, Deputado: o senhor acha que está sendo politizada essa denúncia contra V.Exa.?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Sem dúvida nenhuma, eu não tenho a menor dúvida. Isso é um negócio normal, certo, feito dentro da legalidade, das normas de mercado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Não, eu estou perguntando ao Deputado se o senhor acha que está sendo politizada...

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Se essa denúncia que foi feita...

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Sem nenhuma dúvida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Mas por que o senhor acha isso?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Eu acho que pelo momento político que nós estamos vivendo. Eu acho que pela radicalização partidária que se dá, talvez, lá no Senado, em função do julgamento do Senador Renan. Eu acho que há todo um caldo de cultura que está nos levando a fazer discussões subjetivas como esta.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Mas a pergunta, Deputado, eu quero chegar mais a fundo nessa pergunta: tem alguma coisa a ver com a política do seu Estado? São coisas cotidianas do Estado, ou melhor, paroquial? Desculpe.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS — Eu respeito o que o Deputado Chico Alencar falou, que nós teríamos que... Mas eu não tenho sobre isso também nenhuma dúvida. Isso é uma perseguição política do PSOL contra a minha pessoa, na tentativa de macular a minha honra, na tentativa de macular a honra do Senador Renan Calheiros, porque nós estamos próximos de disputar novas eleições. Isso, eu não tenho dúvida, é um preparativo para os grandes embates eleitorais que virão pela frente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO — Deputado, na verdade, eu quero separar aqui o Senador Renan Calheiros do Deputado Olavo Calheiros. Acho que uma coisa não tem nada a ver com outra. O Deputado Renan Calheiros está sendo julgado no Senado. Lá, o Senado sabe o que fazer, da maneira que quer fazer. Nossa Casa vai fazer o que tem que ser feito também. A justiça tem que ser feita. Pelo que eu vi e li — e todos aqui são quase unânimes —, na denúncia ainda não há nada palpável que possa incriminar o Deputado Olavo Calheiros. Não quero ainda julgar nem absolver. Vou esperar o relatório do Deputado Sandes Júnior. Vou pautar-me exatamente no relatório do Deputado Sandes Júnior. Mas eu vejo o seguinte, Sr. Presidente, Srs. Deputados: o PSOL, que fez a representação contra o Deputado Olavo Calheiros, não se preocupou em fazer uma denúncia substanciada. Fez apenas baseada no que a revista fez, no que os jornais divulgaram. Eu vi que, depois dessa denúncia feita aqui, o Deputado Chico Alencar teve o cuidado de investigar a vida pessoal do Deputado Olavo Calheiros.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO — Também pessoal.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR — *(Intervenção fora do microfone.)* Eu nem sei se ele é casado, se tem filhos. A vida pública... *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO — V.Exa. extrapolou inclusive o mote da denúncia. V.Exa. foi procurar... Na verdade, eu estou inquirindo o



Deputado Olavo Calheiros. V.Exa. nem Membro deste Conselho é, portanto V.Exa. já teve o seu momento de glória em falar aí para as televisões, o que V.Exa. tem feito cotidianamente neste Conselho. É isso que V.Exa. tem feito. Não tem assento neste Conselho, mas vem procurar os holofotes da mídia. É isso que o Deputado está fazendo. E não é isso que nós queremos, Sr. Presidente! Nós queremos... É lógico, a imprensa faz o seu papel. Nós entendemos que a imprensa faz o papel dela, e nós temos que fazer o nosso, como Deputado, de julgar as coisas que nos são apresentadas. Quando houve provas, este Conselho já condenou alguns Deputados e já absolveu também alguns Deputados, em função de não haver provas suficientes para condenar ninguém. Nós não procuramos, os Membros deste Conselho não procuram os holofotes das televisões nem a mídia escrita para, ao denegrir a imagem de um Parlamentar, querer promover-se, até porque não há nenhuma eleição este ano — e acredito que o Deputado Chico Alencar não será candidato a Prefeito na cidade de S.Exa. Mas vejo que...

A pergunta que fiz é que, como nós somos do Nordeste e nós temos algumas informações do Estado do Deputado Olavo Calheiros, realmente o PSOL tem um interesse muito grande na política de Alagoas. Não tenho dúvida disso, está claro. E aí nós temos que separar essas coisas, temos que dar o desconto dessas denúncias feitas pelo PSOL, aliás porque só o PSOL é o paladino da moralidade nesta Casa. O PSOL é que tem aqui, nesta Casa, com suas denúncias, procurado ser a ética da Casa. Nenhum outro partido é ético, mas só o PSOL. E aí nós temos que separar, Sr. Presidente, ter cuidado com essas denúncias que estão sendo feitas aqui única e exclusivamente pelo PSOL. Neste caso de Alagoas, realmente está claro, eu vejo, há um componente político. E nós temos que separar essa coisa do interesse do PSOL em Alagoas dos fatos que envolvem o Deputado Olavo Calheiros. Portanto, Deputado, nós queremos ver os fatos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI – Essa interpretação não merece ser levada em consideração neste caso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Deputado, primeiro, eu não dei aparte a V.Exa. V.Exa. se contenha.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI – Mas não merece.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – V.Exa. se contenha, V.Exa. se contenha, porque estou no meu tempo, 10 minutos. O Deputado falou os 10 minutos dele e ninguém o interrompeu. Eu não o interrompi. V.Exa. está incomodado? Tenha calma, porque V.Exa. vai ter o seu momento também de reclamar.

O que estou colocando aqui é o que eu acho, Sr. Presidente. Não estou fazendo juízo de valor. Estou chamando atenção apenas de um momento, um componente político que se está colocando aqui. É claro, o Deputado Olavo Calheiros é de Alagoas. E o PSOL tem uma pessoa de grande influência no partido, parece que é Presidente, que é realmente também de Alagoas, que já foi candidato lá. Então, nós temos que separar um pouco as coisas e temos que nos ater às provas. Eu tenho certeza de que o Deputado Sandes Júnior, como Relator, vai clarear todos esses fatos, para que nós possamos realmente votar aquilo que faz justiça nesta Casa.

O Presidente Ricardo Izar tem-se pautado pela ética, pela moral, pela retidão na condução dos trabalhos deste Conselho. E é assim que nós queremos que V.Exa. continue. Nós vamos fazer justiça. A Casa tem que fazer justiça.

Se o Deputado Olavo Calheiros realmente estiver errado e tiver cometido algum ilícito, se quebrou a ética, temos que condená-lo. Mas, se isso não aconteceu, não podemos fazê-lo.

Portanto, Sr. Presidente, quero encerrar minhas palavras aguardando os fatos e as provas para que nós possamos julgar esse caso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de anunciar o próximo orador, eu gostaria também de fazer um esclarecimento. Todas as vezes que temos uma representação neste Conselho, é nossa obrigação do Conselho e do Presidente nomear, escolher ou sortear o Relator e fazer uma análise da representação. E vamos investigar. A Polícia Federal nos ajuda, e o Ministério Público também. Depois de toda essa análise de todos os membros do Conselho e do Relator, então vamos dar uma solução: absolvemos ou não, analisamos que tipo de punição devemos dar, ou arquivamos. Mas o papel do Conselho, na realidade, é analisar o processo com detalhes, com minúcias, ouvir as testemunhas, analisar as oitivas que



foram feitas na Polícia Federal ou no Ministério Público. Então, a realidade é uma só: o papel do Conselho é analisar, investigar e depois lutar para fazer justiça acima de tudo.

Então, com a palavra o nobre Deputado Abelardo Camarinha.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Sr. Presidente, Ricardo Izar, Sr. Relator, Sandes Júnior, Deputado Olavo Calheiros, senhor advogado, demais Sras. e Srs. Deputados, imprensa, eu estou aqui refletindo os últimos momentos vividos pelo nosso País, pela política, pelo Congresso, pelas Assembléias, pela Câmara dos Deputados. Este é o meu primeiro mandato como Deputado Federal, mas quero dizer aos colegas que fui 3 vezes Prefeito, 3 vezes Deputado. Eu gostaria que nós, Deputados, o Conselho de Ética, a nossa Lei Orgânica, as nossas diretrizes fossem um pouco mais amplas.

Estamos assistindo hoje a uma inquisição no País. Existe a imprensa idônea, séria. Somos assinantes de vários jornais, assistimos a vários telejornais, lemos várias revistas. E ontem li uma coluna do leitor, caro Deputado e Presidente Ricardo Izar, em que o leitor faz a seguinte reflexão no painel da *Folha de S. Paulo*: “Será que este País só tem o STF e o Renan? Será que nenhum homem público deste País vai questionar o lucro dos bancos, da Telefonica? O que a Receita Federal fez com a multa da McDonald’s, da Fiat, da OAS? E os decretos que têm feito em favorecimento à AMBEV, à Souza Cruz neste País? A situação dos remédios, o preço, o caos dos hospitais”. Deputado Izar, se o Ministério da Saúde mandou 2 bilhões de reais para Alagoas, Pernambuco e Paraíba, calcule V.Exa. Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro! O jornal *O Estado de S. Paulo* trouxe na primeira página as macas nos corredores do Hospital das Clínicas. E nós, aqui, duas horas falando sobre uma notícia publicada no jornal.

Ninguém mais aqui, neste Parlamento, foi vítima de imprensa de jornalistas venais, de parcela da imprensa corrupta, do que eu quando era Prefeito. Falaram que eu tinha valores na minha Casa. Publicaram no jornal e na rádio. Sabe o que aconteceu, Deputado? Recebemos um assalto na minha casa. Mataram a empregada e meu filho. Vou repetir a V.Exa.: a irresponsabilidade de parte da imprensa, de factóides, de mentirosos, pagos pela oposição, falaram que eu tinha



valores na minha casa. Isso faz um ano. Entraram na minha casa com notícias caluniosas, difamatórias.

Então, nós precisamos ver aqui, antes de colocar qualquer cidadão... Não conheço o Deputado Olavo, nunca ouvi, nunca troquei uma conversa com ele. Não sei se ele é culpado ou inocente, eu sei que esta Casa tem que ter mais responsabilidade em jogar companheiros na fogueira.

Lembrava-me, agora, a situação de Alagoas. Disputou a Prefeitura de Maceió a Senadora e Professora Heloísa Helena e uma outra candidata, Sr. Ricardo Izar. Nas vésperas da eleição, a casa da Senadora foi metralhada com seus filhos dentro da Casa. V.Exa. sabe o que a imprensa publicou? Que foi a Senadora quem mandou metralhar a casa dela. Sabe o que aconteceu? A Senadora perdeu a eleição. Então, nós temos que ter muito cuidado com o que um papel branco faz no dia seguinte, com o que um papel branco pode fazer com qualquer um de nós aqui.

Sr. Relator, eu não vi aqui ninguém... A AOS tinha uma multa de 1 bilhão. Contratou um escritório do Everardo Maciel, a multa caiu para 20 milhões. A McDonald's e a Fiat, eu não vi ninguém sentar aqui.

Um Promotor Público em São Paulo matou um jovem de 20 anos com 12 tiros, deu 1 tiro no outro, que foi parar na UTI, e foi reconduzido pelo Conselho do Ministério Público Estadual, ganhando R\$10.500,00 e assumindo, no dia seguinte, a comarca onde moravam os familiares da vítima. Com fatos concretos, com denúncias assumidas. Hoje a gente vê pais de família aqui, vários passaram aqui, por uma notícia no jornal. Todos os que foram Prefeitos, todos os que têm suas bases paroquiais sabem que tem o jornal a favor e o jornal contra. Se nós trouxermos para esta Casa as edições dos jornais contra qualquer um dos senhores e de nós aqui, nós não faremos outra coisa.

O que o povo espera de nós é que esse superávit criminoso do Governo Federal, ao invés de pagar aos bancos, vá para a saúde pública. O Governo bate no peito que tem 120 bilhões de dólares de reserva, e o povo à míngua nos hospitais públicos do País!

Então, quero fazer uma reflexão, para nós não ficarmos em picuinha, se o valor... Aqui disse, no valor da empresa no nome de V.Exa., Olavo, que era 2 milhões e foi vendida... Todos os que estão sentados aqui: *"Declaro no Tribunal*



Eleitoral o valor de cotas e o valor venal". Ao contrário, é falácia. Eu desafio alguém que tenha assento nesta Casa a trazer sua declaração de renda, se a casa em que reside é o valor venal ou valor comercial. Então, nós temos que ter muito cuidado. Nós vamos ser imolados na fogueira da Joana D'Arc. Amanhã é o próprio Deputado Chico Alencar, amanhã é o Ciro... Basta uma notícia de jornal!

Sou amplamente favorável à investigação. Nós tivemos aí o Ministro Medina com gravações de grampo. Cadê o Desembargador? Vê se ele foi imolado? Aqui uma notícia num jornal, num veículo...

Esses dias, Deputado Ricardo Izar, eu assisti a um programa de televisão em que um comentarista de televisão dizia que um Senador tem uma rádio, duas rádios. Eu não sei se é imoral, legal ou ilegal. Vamos fazer uma reflexão: se ele teve 5 mandatos, 8 mandatos. Ele tem uma rádio. É ilegal? Casse! Se for legal, mas imoral, é questão de foro íntimo. Agora eu faço uma pergunta e quero todos aqui reflitam: e esses empresários que têm 344 concessões, sem nenhum voto? Fazem os cartéis da telecomunicação, fazem a chantagem das comunicações! Como é que eles obtiveram 344 concessões?

Então, são fatores que nós temos que relevar numa discussão, quando a honra, a dignidade, o passado, a história de qualquer pai de família estiver sentada aí, porque eu fui vítima e paguei a maior dor, Deputado Olavo, pelas mentiras, pelas infâmias, pela disputa política e eleitoral, pela maneira de destruir. A Senadora Heloísa Helena estava com a eleição ganha; a residência, a sua casa foi metralhada! Sabe o que o jornal de oposição pôs? Que ela fez aquela armação. É só procurar os arquivos da imprensa da cidade de Maceió.

Então, peço muita cautela. Não sei como vou votar o Relatório do nobre Deputado Sandes Júnior, mas eu peço muita cautela. Aqui não somos inquisidores, nós não somos do Ministério Público, nós não somos da Polícia Federal. Esse Procurador Francisco, ele embutiu, nobre Deputado Chico Alencar, no pedido de quebra de sigilo telefônico e bancário de uma quadrilha de narcotráfico o nome do secretário particular do Presidente Fernando Henrique. Vou repetir: o Procurador-Geral, o Procurador da República, embutiu no pedido de quebra de sigilo fiscal, telefônico e bancário o CIC, o RG e o CPF do Sr. Eduardo Jorge. O que aconteceu



com esse Procurador Luiz Francisco? Então, aqui nós estamos um imolando o outro por notícias publicadas.

Eu encerro dizendo que eu vou aguardar o pronunciamento do nobre Relator Sandes das cópias que virão da Polícia Federal, mas não vou aqui imolar nenhum dos senhores, porque nós não podemos trazer para este assento as brigas paroquiais de Marília, de Campinas, de Minas Gerais, senão vão ser infundáveis as nossas reuniões. O que nós temos que ver são os grandes clamores da população; é a questão dessa Telefonica, Deputado Ricardo Izar, que mudou o impulso por segundo — você podia fazer 20 impulsos, agora você paga por segundos; o monopólio dessas telefônicas; o monopólio dos remédios; as questões das passagens; os remédios...

Então, encerro, para que tenhamos cautela, para que tenhamos muito cuidado em analisar a honra, porque o maior patrimônio desse homem que está aí sentado são os filhos dele na escola, é a mulher dele no cabeleireiro, é a mãe dele na casa dele, se ele ainda tiver mãe. Então, sou um eterno defensor aqui. Essas denúncias vazias, esse diz-que-diz, as brigas internas da cidade, isso custou a mim o meu maior bem. Eu tenho dois filhos: um é Deputado pela segunda vez em São Paulo, outro está enterrado em Marília, às custas de picuinha, de denúncias falsas, e ninguém foi responsabilizado.

Muito obrigado. Eu acompanharei o trabalho do Relator, Deputado Sandes Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Pois não.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA – Eu gostaria, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Eu só queria anunciar que temos 2 oradores inscritos.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA – Eu fui citado pelo Deputado Dagoberto. Eu gostaria somente de menos de 30 segundos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Pois não.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA – Somente quero registrar meu pedido de desculpas ao nobre Deputado Dagoberto. Acho que o colega foi



deselegante em intervir, é claro, na minha participação, mas eu gostaria de registrar o meu apreço, a minha admiração pelo colega. Temos uma excelente relação, mas isso faz parte do debate democrático. Mas acho que, mesmo com a sua suposta inconveniência, isso não me daria o direito de usar as palavras que usei.

Então, eu gostaria, Deputado Dagoberto, que V.Exa. aceitasse meu pedido de desculpas. Era somente isso.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Com a palavra o nobre Deputado Hugo Leal e, posteriormente, o último inscrito, Deputado Silvio Costa.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu vou procurar ater-me especificamente ao tema em debate, que é a representação, porque obviamente todos nós somos tomados de várias maneiras e por vários motivos, não tenho a menor dúvida, se cada um fosse trazer as suas questões pessoais. Nós estamos aqui analisando uma representação. Boa, ruim, inepta, perfeita, acabada, inacabada? Nós estamos analisando.

Eu quero dar um testemunho aqui, por tudo o que foi falado também contra a representação do PSOL, pelo menos estabelecer a coerência deles, porque o PSOL não está apresentando esta representação contra V.Exa., Deputado Olavo Calheiros; ele apresentou contra todos. Ele apresentou contra o Deputado João Magalhães, contra outros Deputados. Então, temos que reconhecer a coerência do PSOL. Então, particularmente, na minha avaliação, não aparenta que estejamos falando de uma questão somente paroquial. O PSOL tem estabelecido isso neste Conselho de Ética, já apuramos. Inclusive, em outra oportunidade, em que fui também Relator, o representante era o PSOL, e o Deputado não era de Alagoas e não tinha nenhuma relação. Então, vamos também fazer essa análise prudente, tanto de um lado quanto de outro. Ninguém tem a verdade absoluta. A verdade é o que nós guardamos em nosso coração, e isso vai ser avaliado numa outra oportunidade. Nós temos aqui é que trabalhar com os fatos existentes, só isso. Eu vou trabalhar com os fatos que eu tenho, com os fatos que estão na representação.

Vou ser bastante breve e pontual nas perguntas que eu gostaria de fazer. V.Exa., Deputado Olavo, disse que, por uma medida legal do Município de Murici,



V.Exa. recebeu o título de... recebeu um espaço, um local, imagino já uma zona industrial no Município de Murici.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – É.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Recebeu o terreno.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – É.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – E recebeu isenção de impostos, é isso?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Não, só o terreno.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Só o terreno.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – É.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Mas V.Exa. também recebeu o local, obviamente, para uma fábrica de refrigerante. O fator principal de uma fábrica de refrigerante ou de cerveja é água.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – É.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – V.Exa. também recebeu essa servidão de água ou o local já a possuía?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – O local possuía água própria.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Mas esse local era uma zona já definida industrial para outras empresas?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – É o Distrito Industrial de Murici.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Então, Distrito industrial. Então, já era uma área própria para essa...

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Própria, tratada por lei.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – E V.Exa. escolheu exatamente por causa da vazão de água, uma vez que é uma fábrica de refrigerante.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Sim, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – E houve algum outro pagamento? Essa isenção do terreno sim, mas com relação à água não?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Não.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – A captação foi direto...

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Não, a água própria...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – A própria indústria captava essa água.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – É.



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Perfeito. Esse terreno...

Agora, V.Exa. manifestou também que obteve empréstimos do BNDES, correto?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Correto.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Obteve empréstimos do BNDES. Eu acho que é isso que poderia ter algum relevo para nós aqui, enquanto Parlamentares Federais. E nós temos que avaliar exatamente essa postura e alguma outra mácula que possa ter havido na condução não só do seu mandato, mas com relação aos órgãos públicos federais. Então, nesse entendimento com o BNDES, V.Exa. atuou em perfeita sintonia. Apresentou lá as garantias, que foram aceitas, e o BNDES aportou quantos...

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – O orçamento... o financiamento inicial ficou em torno de 8 milhões, com o BNB, Banco do Nordeste.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Sim, o Banco do Nordeste, que era o agente...

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Que também é repassador do BNDES.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Repassador, meramente repassador.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – É.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – A avaliação do investimento foi feita pelo BNDES.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Foi feito pelo BNB.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Pelo BNB?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Foi, o Banco do Nordeste.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – O Banco do Nordeste que fez?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – É.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Mas o dinheiro veio do BNDES, do REFIS ou de uma...

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Não, parte, não é? Porque o BNB, ele tem o Fundo Constitucional, que aplica no Nordeste.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – No Nordeste.



O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – E o BNDES é obrigado a aplicar uma parte também no Nordeste. É essa a integração que eles fazem. Na verdade, o BNB é repassador do BNDES.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Esta é uma questão obviamente pessoal, que acredito ser de foro íntimo, mas por que o senhor optou pelo mercado de refrigerante? Houve algum motivo especial ou foi um momento de investimento?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Eu tenho um amigo que é desse ramo, eu já me referi aqui no início das minhas palavras. E ele tinha isso como um ramo bom, como uma coisa lucrativa, como um mercado crescente, menos o mercado de refrigerante e mais o de sucos, que é o que tem crescido no mundo inteiro.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - E esse seu amigo também foi seu sócio em alguma oportunidade?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não. Não, não.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Perfeito. Uma outra pergunta: a empresa ficou pronta quando? A planta industrial ficou pronta em que ano? O senhor se lembra?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Deputado Hugo, nós começamos a construção dessa fábrica em... acho que julho, agosto de 2002.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Dois mil e dois?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - É.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - E encerrou?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Inauguramos em... acho que abril ou maio de 2004, faltando ainda alguns acabamentos. Mas já botamos para rodar, para que a gente pudesse terminá-la.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Perfeito. E ela ficou em operação por quanto tempo?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Ficou em operação... Ela foi vendida em...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Em operação, é claro, sob a sua responsabilidade, sob a sua...

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Ela foi vendida em 2006.



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Então ficou em operação durante dois anos e alguns meses.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – É, quase dois anos.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Quase dois anos. E nesses dois anos ela teve... ela pagou as suas contas em dia ou teve dificuldades? O senhor teve dificuldades operacionais?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Dificuldades naturais de uma empresa iniciando, principalmente num mercado muito difícil como esse, onde tem que se estabelecer uma concorrência muito dura, mas era uma empresa que estava cumprindo com os seus objetivos, com as suas metas, estava crescendo.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - No momento em que houve essa procura... Isso foi uma procura? Os senhores foram procurados ou os senhores procuraram a empresa?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Eu fui procurado.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Procurado por um intermediário...

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - É.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - ... da Schincariol.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - É.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - No momento em que houve a procura, iniciou, então, o processo de negociação.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Eu fui, acho, o quarto ou o quinto procurado.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Perfeito.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Na verdade, eles estavam buscando isso.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Investimento. Expansão de investimento no Nordeste.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Não, ele estava procurando investimento que fosse dentro da necessidade para o momento que eles tinham. Eu falei aqui que depois de vendido é que eu soube que eles dobraram a venda de cerveja em 2 anos, dobraram.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Depois de adquirir? Foi em 2004?



O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - No Nordeste, não é?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Sim, em 2004?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - A Schincariol. Ela hoje vende mais do que a Skol. Ela tem uma participação no mercado do Nordeste de 37%, 38%. Isso é uma coisa fantástica.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - E várias fábricas espalhadas no Nordeste?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - No Nordeste. Então, ao se alavancar a venda de cerveja no Nordeste, alavancou a venda de refrigerantes, e eles não tinham como fazer mais refrigerantes. A fábrica de Recife, que era a mais próxima, não podia ser duplicada ou ampliada. Restou para eles... Uma das alternativas foi essa, depois de examinarem 5 fábricas.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Perfeito. Uma outra pergunta. Obviamente eles investiram na capacidade instalada, os valores foram avaliados na capacidade instalada e na possibilidade da expansão da produção, porque naquele momento, 2004, V.Exa. não tinha produção que pudesse igualar ao que era a expectativa de V.Exa., quer dizer, o que o senhor esperava, o que V.Exa. esperava de retorno financeiro. Naquele momento em que foi feita a oferta, não existia?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Não, a fábrica já foi montada da forma que está.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sim, eu sei, mas a pergunta é a seguinte — é muito simples: imagina-se que, para poder justificar um preço dessa magnitude, para um evento daquele... Porque a fábrica não produzia, não dava retorno financeiro naquele momento, mas ela tinha uma possibilidade...

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sim, sim, tinha um programa, um projeto.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - ... de expansão e uma capacidade instalada, que foi o que fez a diferença no preço.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Deputado Hugo, para o senhor ter uma idéia, a gente operava em um turno. Estávamos começando um turno de 8 horas e tínhamos menos de 50 funcionários. Eles hoje operam em 3 turnos, com quase 100 funcionários e, a partir da fábrica de Murici, eles já produzem refrigerante e suco para 5 Estados.



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Perfeito. Quando V.Exa. vendeu a fábrica, ela tinha de passivo... O senhor tem idéia do montante do passivo então da Conny naquela oportunidade?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Ela tinha um passivo razoável, valendo o empréstimo...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Além do empréstimo, somado o empréstimo mais o...

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Outros empréstimos também: capital de giro, débito pessoal...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Que gerava...

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - ... débito com fornecedores. Acho que girava em torno de 17, 18 milhões.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Dezesete, dezoito milhões?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - É

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Quando houve a transação, V.Exa. quitou todas as pendências?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não, estamos quitando. Essa operação...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Foi recente, não é?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Ela vai... Assumem-se os débitos. Foi dividido em 36 parcelas, mais uma parcela para o final, para que a gente possa ver se vem contencioso fiscal, débitos. Será quitada ao término de 2009.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Perfeito. A pergunta que acho que poderia ser motivo de alguma apreciação por parte também desta Câmara é que o empréstimo do BNDES foi assumido posteriormente pela Schincariol ou ele faz parte do negócio ou ficou ...

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não, fez parte.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Então, houve assunção por parte da Schincariol também de parte desse empréstimo, ela assumiu isso.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Perfeito. Uma outra pergunta, talvez a última: no momento em que houve esse primeiro entendimento de V.Exa. com a



Schincariol e depois concretizado o negócio, houve por parte de V.Exa., da sua assessoria, alguma coisa, vamos dizer, um acompanhamento de outras atividades, de outros negócios da Schincariol em Brasília ou com outros órgãos públicos?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Não, de forma nenhuma.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Isso é importante.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Ouvi na imprensa que eles tinham débito com a Previdência que girava em torno de 18 milhões. Nenhum conhecimento, tratamos apenas do negócio.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – O senhor nunca...

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS - Não, de forma nenhuma.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - ... defendeu nenhum órgão público?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Não.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Mesmo que fosse legítimo. Não estou dizendo que seja ilegítimo, só estou manifestando... Defendeu-os ou acompanhou-os em nenhum órgão público, INSS ou outro?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Não, não.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Bom, Sr. Presidente, imagino que a grande preocupação, pelo menos da minha parte, o principal é onde haveria envolvimento de recursos públicos e do BNDES. Essa talvez pudesse ser uma preocupação, mas vejo que a situação...

E uma outra última pergunta, aliás, duas últimas perguntas: o senhor já foi convocado pela Polícia Federal para manifestar-se no inquérito aberto?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Não.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Ainda não.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Não.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Houve algum procedimento administrativo fiscal por parte da Receita Federal também nesse...

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Não.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Não?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Não, de forma nenhuma.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Então, Sr. Presidente, dou-me por satisfeito. Corroboro as palavras do Deputado Dagoberto, no caso de chamamento



das peças à conciliação dessa representação, talvez para esclarecimento, para que fique mais evidente. Mas dou por encerrada aqui a minha participação, agradecendo ao Deputado Olavo Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Obrigado, Deputado.

Não havendo mais nenhum Deputado inscrito, eu gostaria de saber se o Deputado Olavo Calheiros quer fazer uso da palavra ainda?

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Não, Presidente, apenas agradecer a V.Exa. pela gentileza e a deferência com que tem brindado a todos que na minha condição aqui comparecem, agradecer a atenção do Relator e a todos os companheiros que vieram aqui hoje com intuito de fazer justiça. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Pois não, Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Um esclarecimento que o Deputado José Carlos Araújo não precisaria ter, mas é óbvio que eu aqui, representando o partido que fez esta representação, além de outras... Primeiro, não me arvore — e nunca fiz isso — na condição de arauto da moralidade pública. Jamais direi que não há partido mais ético do que o PSOL. Segundo, a gente tenta cumprir a nossa responsabilidade política. O direito de representar está assegurado na Constituição. Terceiro, achar que vir aqui fazer perguntas absolutamente objetivas, que elas próprias, por si só — e, a meu juízo, as próprias respostas justificam a representação —, é algo natural do nosso trabalho. O meu direito regimental de fazer as indagações, como parte do processo e como Líder, está absolutamente assegurado.

Portanto, repilo essa assertiva do Deputado Araújo, que diz que estou aqui para aparecer e tal. Quisera não estar. Agora, às vezes, representa porque outros... A gente representa demais porque outros aprontam demais. O que se há de fazer, não é? Eu queria que outros partidos, inclusive o do Deputado Araújo, somassem-se a nós nessa busca da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Com a palavra o Deputado Paulo Piau.



O SR. DEPUTADO PAULO PIAU – Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar a reunião para apresentar ao Conselho de Ética um requerimento, que vem subscrito pelos Líderes partidários desta Casa e, evidentemente, pelos membros do Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Eu gostaria que V.Exa. só lesse o cabeçalho, por favor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU – Solicita que seja encaminhado ofício ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, pedindo autorização para que o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento — CEFOR viabilize linha de estudos, pesquisas e elaboração de material de conteúdo didático pedagógico sobre “A Ética na Vida da Sociedade Brasileira”.

Eu gostaria só de justificar que fizemos um encontro com 9 instituições da sociedade civil organizada. De lá nós tiramos 3 conclusões, Sr. Presidente: o engajamento de todas as instituições presentes na preparação e realização, ainda neste ano, do seminário sobre ética — V.Exa. está coordenando o conteúdo —, de extrema importância; que a Câmara viabilize esses estudos; e, evidentemente, naquele momento, o lançamento do pacto nacional pela ética, que será consolidado pelo seminário agora em outubro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

O Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Sr. Presidente, na inquirição de um dos colegas Parlamentares, tentam criminalizar essa questão de relação empresa e Prefeituras que dispõem de áreas para a instalação de indústrias. Eu gostaria de declarar que no Estado do Pará — graças a Deus, privilegiado, um dos maiores Estados em extensão territorial do País —, qualquer cidadão brasileiro que tenha dinheiro para investir e que queira investir no Estado do Pará... Nós temos terras fartas para doar para quem quiser investir, para quem quiser instalar uma indústria. Temos muita terra no Pará, temos mais de um milhão de hectares para qualquer



empresário brasileiro, qualquer cidadão que tenha um dinheirinho para investir, porque, onde há indústria, há emprego, imposto e desenvolvimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE - Em Pernambuco também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Srs. Deputados, eu agradeço a presença de todos. Agradeço a presença do Deputado Olavo Calheiros e do nosso Relator.

Convoco V.Exas. para uma reunião para terça-feira, dia 11, às 14h30min.

Está encerrada a sessão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente, terça-feira ou quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Retificando, quarta-feira.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Quarta-feira, obrigado.